

Seplan considera posição “simpática e bem-vinda”

**Da sucursal de
BRASILIA**

O chefe da assessoria internacional do Ministério da Fazenda, Tarcísio Marciano da Rocha, qualificou de simpática e até “bem-vinda” a decisão anunciada pelos bancos credores, de propor ao Brasil um reescalonamento mais longo da dívida externa, mas assinalou que essa é por enquanto uma posição dos bancos, porque a do governo brasileiro ainda não está definida.

Fonte da área financeira, com acesso às informações do comitê assessor de bancos que renegocia a dívida brasileira, informou que os bancos pretendem propor ao Brasil um reescalonamento de pelo menos três anos, abrangendo as dívidas a vencer em 1985, 1986 e 1987. No entanto, na área oficial, o assunto é tratado com extrema cautela, mesmo porque, como reiterou o assessor internacional da Fazenda, o Brasil ainda não definiu sua estratégia de negociação.

Tarcísio Marciano da Rocha insistiu em que ainda não é possível dizer se essa posição dos bancos coincide com a formulação que o Brasil vai fazer, embora admita que pode até ser que ela coincida, depois, com a nossa. Atualmente, não existe essa coincidência, explicou Marciano, simplesmente porque o Brasil não colocou as cartas na mesa de negociação, o que só deverá ocorrer no segundo semestre, conforme tem afirmado o ministro Ernane Galvães.

O assessor da Fazenda ressalvou que o que os bancos estão sugerindo não é alongamento do prazo de pagamento da dívida externa, mas reescalonamento por vários anos, para não haver a necessidade de renegociação freqüente. Essa posição foi defendida pelo presidente do Banco

de Montreal, William Mulholland depois de um almoço com o ministro Ernane Galvães, na terça-feira. Mulholland sugeriu reescalonamento de até cinco anos, com revisões freqüentes, sempre que houvesse alguma variação súbita na economia mundial.

O próprio Mulholland revelou que um reescalonamento maior já fora sugerido por seu banco desde o começo das negociações do Brasil com a comunidade bancária internacional. O ministro Ernane Galvães tem reiterado que renegociação ano a ano, na verdade, tem sido melhor para o Brasil, na medida em que a cada rodada o País consegue ampliar as vantagens em termos de prazo e encargos financeiros.

O que se indaga, a esta altura, é se não seria inoportuno um reescalonamento de três anos, no máximo, quando a expectativa é de mudança do governo em março do próximo ano.

FLEXIBILIDADE

A Seplan não tem conhecimento de nenhuma manifestação dos banqueiros reunidos em Filadélfia, a respeito de normas mais flexíveis para a renegociação da dívida brasileira, conforme foi divulgado pela **Empresa Brasileira de Notícias-EBN**. Técnicos consultados pelo **Estado** disseram que o caso brasileiro ainda não está sendo tratado, pois as negociações só serão efetivamente iniciadas em setembro ou outubro próximos.

“Até agora não temos nada de oficial.” O breve comentário foi feito pelo porta-voz do Itamaraty, ministro Bernardo Pericás, a respeito das notícias procedentes dos Estados Unidos segundo as quais bancos norte-americanos estariam pensando em oferecer ao Brasil menores taxas de juros e maior prazo para renegociar sua dívida externa.